

Campus Porto Velho Zona Norte
Coordenação do Curso Docência na Educação Profissional e Tecnológica

GLEYDSON FIRMINO DA SILVA

**ESCALA 6X1 E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA:
ENTRE A REPRODUÇÃO DA EXPLORAÇÃO E A POSSIBILIDADE DE
EMANCIPAÇÃO**

PORTO VELHO

2026

GLEYDSON FIRMINO DA SILVA

**ESCALA 6X1 E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA:
ENTRE A REPRODUÇÃO DA EXPLORAÇÃO E A POSSIBILIDADE DE
EMANCIPAÇÃO**

Artigo entregue como Trabalho de Conclusão de Curso ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), *Campus* Porto Velho Zona Norte, como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Docência na Educação Profissional e Tecnológica, junto ao Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Docência na Educação Profissional e Tecnológica, sob a orientação do professor Luis Fernando Lira Souto.

PORTO VELHO
2026

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gerador de Ficha Catalográfica do IFRO.

Silva, Gleydson Firmino da.
Escala 6x1 e Educação Profissional e Tecnológica: entre a
reprodução da exploração e a possibilidade de emancipação /
Gleydson Firmino da Silva. - Porto Velho, 2026.
15 f.

Orientador(a): Prof. Dr. Luis Fernando Lira Souto.

Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação Lato Sensu em
Docência na Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal
de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, Porto Velho,
2026.

1. Trabalho. 2. Escala 6x1 . 3. Emancipação. 4. Educação
Profissional e Tecnológica. I. Souto, Luis Fernando Lira (orient.). II.
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia -
IFRO. III. Título.

Bibliotecário(a) Responsável: Celia Reis Sales, CRB-CRB11/955


GLEYDSON FIRMINO DA SILVA

ESCALA 6X1 E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA:


Entre a reprodução da exploração e a possibilidade de emancipação

Artigo entregue como Trabalho de Conclusão de Curso ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), *Campus* Porto Velho Zona Norte, como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Docência na Educação Profissional e Tecnológica, junto ao Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Docência na Educação Profissional e Tecnológica, sob a orientação do professor Luis Fernando Lira Souto.


Aprovado em: 19/03/2026 pela banca examinadora.

Documento assinado digitalmente
 **KARISTON DIAS ALVES**
Data: 24/03/2026 19:46:08-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Me. Kariston Dias Alves
Membro da Banca

Documento assinado digitalmente
 **ALESSANDRO DE ALMEIDA**
Data: 24/03/2026 21:14:26-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Me. Alessandro de Almeida
Membro da Banca

Documento assinado digitalmente
 **LUIS FERNANDO LIRA SOUTO**
Data: 23/03/2026 17:21:26-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Luis Fernando Lira Souto
Orientador

ESCALA 6X1 E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA:

Entre a reprodução da exploração e a possibilidade de emancipação

RESUMO: O artigo analisa a relação entre a escala de trabalho 6x1 e a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), discutindo seus impactos na formação humana e nas possibilidades de emancipação da classe trabalhadora. Partindo de uma abordagem teórico-crítica fundamentada na tradição marxista, o estudo mobiliza contribuições de autores como Karl Marx, Dermeval Saviani, Theodor Adorno e Paulo Freire para compreender o trabalho em suas dimensões ontológica e histórica. A pesquisa, de natureza qualitativa e descritiva, baseia-se em revisão bibliográfica e análise documental de produções acadêmicas recentes e de legislações educacionais. A discussão evidencia que, no contexto do capitalismo dependente brasileiro, a escala 6x1 constitui uma expressão da superexploração do trabalho, restringindo o tempo social disponível para descanso, formação e participação cidadã. Tal dinâmica impacta diretamente a permanência e o aproveitamento dos trabalhadores na EPT, reforçando tensões entre a formação crítica e a adaptação funcional ao mercado. Argumenta-se que a EPT apresenta um caráter contraditório: ao mesmo tempo em que pode reproduzir a lógica da formação de mão de obra para o capital, também pode constituir um espaço de disputa política e pedagógica voltado à formação crítica. Conclui-se que a construção de uma educação emancipadora exige condições materiais e estruturais que ultrapassam o âmbito pedagógico, envolvendo transformações nas relações sociais e nas formas de organização do trabalho.

Palavras-chave: Trabalho; Escala 6x1; Emancipação; Educação Profissional e Tecnológica.

ABSTRACT: This article analyzes the relationship between the 6x1 work schedule and Professional and Technological Education (PTE), discussing its impacts on human formation and the possibilities for the emancipation of the working class. Based on a critical theoretical approach grounded in the Marxist tradition, the study draws on contributions from authors such as Karl Marx, Dermeval Saviani, Theodor Adorno, and Paulo Freire to understand labor in its ontological and historical dimensions. The research is qualitative and descriptive in nature and is based on a bibliographic review and documentary analysis of recent academic publications and educational legislation. The discussion shows that, within the context of Brazilian dependent capitalism, the 6x1 schedule represents an expression of the super-exploitation of labor, restricting the social time available for rest, education, and civic participation. This dynamic directly affects workers' access to and permanence in PTE, reinforcing tensions between critical education and functional adaptation to the labor market. The study argues that PTE has a contradictory character: while it may reproduce the logic of workforce training for capital, it can also become a space for political and pedagogical dispute aimed at critical formation. The study concludes that building an emancipatory education requires material and structural conditions that go beyond the pedagogical sphere, involving broader transformations in social relations and labor organization.

Keywords: Labor; 6x1 work schedule; Emancipation; Professional and Technological Education

1 INTRODUÇÃO

A organização do trabalho no capitalismo contemporâneo tem aprofundado formas de exploração que não apenas comprometem as condições materiais de vida, mas também atingem as dimensões subjetivas e formativas dos sujeitos. Nas palavras de Marx e Engels:

[...] a divisão do trabalho nos oferece de pronto o primeiro exemplo de que, enquanto os homens se encontram na sociedade natural e, portanto, enquanto há a separação entre interesse particular e interesse comum, enquanto a atividade, por consequência, está dividida não de forma voluntária, mas de forma natural, a própria ação do homem torna-se um poder que lhe é estranho e que a ele é contraposto, um poder que subjuga o homem em vez de por este ser dominado. Logo que o trabalho começa a ser distribuído, cada um passa a ter um campo de atividade exclusivo e determinado, que lhe é imposto e ao qual não pode escapar; o indivíduo é caçador, pescador, pastor ou crítico, e assim deve permanecer se não quiser perder seu meio de vida [...] (Marx e Engels, 2007, 37-38).

A escala 6x1 configura-se como um exemplo claro da intensificação da exploração da força de trabalho, especialmente em setores historicamente precarizados. Essa jornada, embora legalmente permitida (BRASIL, 1943, art. 67; BRASIL, 1988, art. 7, inciso XIII), escancara os limites da conciliação entre trabalho, vida e formação humana, tornando-se um dos pilares da alienação moderna.

Diante disso, discutir as definições de Trabalho seja, talvez, o primeiro e mais importante passo para nós, visto que entender suas dimensões ontológica e histórica nos ajudará a identificar o processo de alienação pelo qual o trabalhador, hoje, está exposto. Essa compreensão é sintetizada por Silva e Silva (2005):

A sociedade contemporânea entende o trabalho como uma categoria única, um tipo unificado de conduta: é uma atividade regulamentada que visa a produzir valores úteis ao grupo. A sociedade de mercado, em que todos os valores úteis são os criados para o mercado, unifica a percepção de todas as tarefas produtivas como trabalho. Todos entendem suas atividades particulares nessa categoria geral. Em uma economia plenamente comercial, segundo Vernant, todas as atividades produtivas são colocadas lado a lado de forma homogênea, criando assim o conceito atual de trabalho. (Silva e Silva, 2005, p. 401).

Ademais, a intensificação da jornada, aliada à informalidade e à rotatividade, compromete o tempo disponível para a qualificação profissional e para o exercício da cidadania. É nesse contexto que a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) se apresenta de forma contraditória: ora como espaço de formação crítica e emancipadora, ora como instrumento de adaptação funcional ao mercado. É neste momento que resgatamos o pensamento de estudiosos como Saviani que, entre

outras coisas, aponta para a relação trabalho-educação como discussão indissociável para compreender o ser humano nesse contexto.

Se no ensino fundamental a relação é implícita e indireta, no ensino médio a relação entre educação e trabalho, entre o conhecimento e a atividade prática deverá ser tratada de maneira explícita e direta. O saber tem uma autonomia relativa em relação ao processo de trabalho do qual se origina. O papel fundamental da escola de nível médio será, então, o de recuperar essa relação entre o conhecimento e a prática do trabalho. Assim, no ensino médio já não basta dominar os elementos básicos e gerais do conhecimento que resultam e ao mesmo tempo contribuem para o processo de trabalho na sociedade. Trata-se, agora, de explicitar como o conhecimento (objeto específico do processo de ensino), isto é, como a ciência, potência espiritual, se converte em potência material no processo de produção. (Saviani, 2025, p. 93).

Refletir sobre a relação entre a escala 6x1 e a EPT, portanto, não é apenas uma análise sobre educação ou trabalho, mas uma crítica radical à forma como o capital estrutura o tempo, a vida e os destinos da classe trabalhadora. Para dar mais solidez ao trabalho desenvolvido, propomos, enquanto objetivo, analisar o papel da Educação Profissional e Tecnológica na construção de possibilidades para superação da alienação e da lógica da superexploração no contexto da escala 6x1.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa possui natureza qualitativa e caráter descritivo, desenvolvendo-se por meio de pesquisa bibliográfica. A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir do levantamento de livros e artigos científicos em bases de dados eletrônicas, especialmente SciELO e periódicos científicos vinculados a Instituições Federais de Ensino. Para a busca das produções, foram utilizados termos como “trabalho”, “escala 6x1”, “exploração do trabalho”, “educação profissional e tecnológica (EPT)”, “emancipação”, priorizando produções publicadas entre 2020 e 2026, sem excluir obras clássicas relevantes ao debate.

Além disso, foram analisados documentos como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Constituição Federal de 1988 e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A análise do material foi conduzida a partir de uma abordagem teórico-crítica, fundamentada em autores como Paulo Freire, Pedro Demo, Demerval Saviani e Theodor Adorno.

3 DISCUSSÃO TEÓRICA

3.1 Trabalho e intensificação da exploração

Inicialmente, é importante delimitar o que chamamos de “trabalho” aqui. Para além do que já mencionamos com Silva e Silva (2005), estamos dialogando com duas perspectivas conceituais: a perspectiva ontológica e a perspectiva histórica de Trabalho. A primeira se refere àquilo que é a essência da atividade laboral, um conjunto de ações para manutenção da vida, criação e reprodução de identidades sócios-culturais, expressão de relações sociais. Podemos utilizar de exemplo as atividades produtivas entre os tupis do litoral brasileiro, apresentadas pelos autores enquanto um dos possíveis caminhos de debates para a noção ontológica que queremos enfatizar aqui.

A questão central não reside na ausência de trabalho entre os tupis, mas na diferença quanto ao seu significado social. Toda sociedade organiza formas de produzir sua existência material, de modo que também constrói seus próprios requisitos para distribuir tarefas, regular esforços e dar valor as atividades produtivas. Entre os tupis, o trabalho não era inexistente e nem desprezado: ele só não obtinha um lugar de destaque frente a vida coletiva (Silva e Silva, 2005, p. 402-403).

Quando o trabalho deixa de ser o centro que rege a vida social de uma sociedade, ele se integra a uma rede mais ampla de relações simbólicas. Nesse sentido, o trabalho vai além da simples subsistência, sendo um ato que fortalece laços sociais, valores espirituais e a conexão com o meio ambiente. O cultivo da terra, a pesca e o artesanato não são apenas atividades econômicas, mas expressões de uma forma de ser e estar no mundo. Isso evidencia que o trabalho, em diferentes contextos, não se restringe à produção material, mas desempenha um papel central na constituição da existência humana e coletiva. Como mencionam D'Angelis e Veiga:

Numa sociedade indígena não alterada pela convivência com a sociedade não-indígena, ninguém se sente explorado em seu trabalho, porque não há situação em que alguém se aproveite do trabalho dos demais. Também não se coloca a alternativa do “não-trabalho”, porque não se coloca a alternativa do “não-comer”, do “não-morar”, etc. (2001, p. 13).

Por outro lado, a visão histórica do Trabalho, especificamente a marxista, evidencia uma relação de alienação entre o trabalhador e aquilo que é resultado da sua atividade laboral, mas também denota um caráter que não se limita mais ao

“chão da fábrica”, como em “Tempos Modernos”, clássico de Charlie Chaplin, mas na sua multiplicidade histórica, como demonstra Silva e Silva:

Podemos ver o conceito de trabalho em nossa sociedade na definição do IBGE, para quem trabalho são todas as ocupações remuneradas em dinheiro, mercadoria ou benefício, desenvolvidas na produção de bens e serviços, assim como qualquer ocupação remunerada no serviço doméstico e qualquer ocupação não remunerada na produção de bens e serviços desenvolvidas em pelo menos uma hora por semana. Essa definição, apesar de bastante ampla e de incluir as empregadas domésticas, exclui as donas de casa, que continuam a ser consideradas, no Brasil, economicamente inativas (Silva e Silva, 2005, p. 403-404).

Essa amplitude abre margem para observarmos como os trabalhadores, e aqui sem distinção de gênero, se apresentam enquanto sujeitos históricos que sofrem e constituem a representação da exploração no capitalismo periférico, expresso, entre outras maneiras, pela existência da escala 6x1 enquanto materialização de um arranjo jurídico duradouro da jornada de trabalho que funciona sob a lógica intensa daquilo que Ruy Mauro Marini chamaria de Capitalismo Dependente.

Deste modo, com maior ou menor grau de dependência, a economia que se cria nos países latino-americanos, ao longo do século XIX e nas primeiras décadas do seguinte, é uma economia exportadora, especializada na produção de alguns poucos bens primários. Uma parte variável da mais-valia que aqui se produz é drenada para as economias centrais, pela estrutura de preços vigente no mercado mundial, pelas práticas financeiras impostas por essas economias, ou pela ação direta dos investidores estrangeiros no campo da produção. As classes dominantes locais tratam de se ressarcir desta perda aumentando o valor absoluto da mais-valia criada pelos trabalhadores agrícolas ou mineiros, submetendo-os a um processo de superexploração. A superexploração do trabalho constitui, portanto, o princípio fundamental economia subdesenvolvida, com tudo que isso implica em matéria de baixos salários de oportunidades de emprego, analfabetismo, subnutrição e repressão policial (Marini, 2014, p. 52).

Considerando o que foi exposto, a escala 6x1 pode, então, ser observada como expressão, ou, se preferirmos, manutenção, da superexploração dos trabalhadores brasileiros que estão diante de uma luta constante por tempo social, educação, lazer, direito ao descanso. No entanto, estes trabalhadores se perdem frente à imensidão da estrutura capitalista que orienta consciências, determina estilos de vida e que limita a construção crítica de saberes. A jornada 6x1 não é apenas uma questão organizacional, é, sobretudo, uma forma de trabalho que incide diretamente na formação humana, afetando a permanência do indivíduo na

Educação, em especial na modalidade Profissional e Tecnológica, que é nosso foco, e tensionando os próprios limites de elaboração da consciência crítica. Estamos mais próximos de uma Pedagogia Liberal Tecnicista, onde a educação se subordina à sociedade, com a função de preparar mão de obra para indústria (Libâneo, 1985, p. 8) do que de uma Pedagogia emancipadora e crítica, que se almeja e que se propõe em teoria, mas que pouco ou quase nada se materializa no cotidiano.

3.2 Trabalho, Formação e Emancipação

Dentro desse debate que trouxemos até o momento sobre a categoria do trabalho, deixamos clara e evidente uma separação entre a historicidade do conceito e a ontologia por trás dele. No entanto, para seguirmos adiante, é teoricamente racional compartilhar da mesma ideia de Saviani quando ele demonstra que o homem é o que é a partir do trabalho e não apesar dele, ou seja:

Podemos, pois, dizer que a essência do ser humano é o trabalho. A essência humana não é, então, dada ao indivíduo; não é uma dádiva divina ou natural; não é algo que precede a existência do ser humano. Ao contrário, a essência humana é produzida pelos próprios sujeitos. O que o ser humano é, é-o pelo trabalho. A essência do homem é um feito humano. É um trabalho que se desenvolve, se aprofunda e se complexifica ao longo do tempo: é um processo histórico (Saviani, 2025, p. 78).

Dessa forma, julgamos lógico inferir que todas as interações sociais do homem também são, por assim dizer, necessariamente atravessadas pelo Trabalho. No entanto, ainda segundo Saviani, essa relação entre homens passa a mudar no alvorecer da propriedade privada:

o advento da propriedade privada tornou possível à classe dos proprietários viver sem trabalhar. Claro, sendo a essência humana definida pelo trabalho, continua sendo verdade que sem trabalho o ser humano não pode viver. Mas o controle privado da terra onde os seres humanos vivem coletivamente tornou possível aos proprietários viver do trabalho alheio; do trabalho dos não proprietários que passaram a ter a obrigação de, com o seu trabalho, manterem-se a si mesmos e ao dono da terra, convertido em seu senhor (Saviani, 2025, p. 80).

O exercício histórico que Saviani faz é imprescindível para observarmos como a Educação passa de um processo intrínseco ao “ser” do homem para uma forma que, na atualidade, pode ser entendida como parte da estrutura social que sempre coloca o trabalhador como parte de um processo pelo qual sua mão de obra é extraída com o fim de manter as engrenagens da sociedade capitalista sempre funcionando. Ou seja, a educação em seu caráter formador de mão de obra, sempre

vai tender à manutenção de um contingente voltado ao mercado de trabalho e, por consequência, vai priorizar menos a criticidade do indivíduo, porque um cidadão crítico não é útil ao mercado, mas um trabalhador, sim.

A Educação Profissional e Tecnológica aparece como um processo contraditório justamente nesse ponto: é uma modalidade que prevê a formação do indivíduo para o exercício de profissões técnicas, como diz a LBD em seu artigo 36º (BRASIL, 1996, art. 36) mas também é resultado de um processo histórico que, de um lado, aponta para uma formação associada ao trabalho manual dos “desfavorecidos” e, de outro lado, atualmente se apresenta como parte de um projeto de elevação da escolaridade dos indivíduos, o que podemos chamar de “projeto emancipatório”. Nas palavras de Demo e Silva:

Obviamente, não se pode esquecer de que a educação profissional tem suas origens na formação de pessoas desfavorecidas, que estavam à margem da sociedade, porém, é parte de uma importante estrutura para que todos possam ter acesso às conquistas científicas e tecnológicas (Demo e Silva, 2020, p. 136).

Conforme os autores, a EPT nasce em um contexto elitista. Nessa lógica social, então, temos o trabalho manual associados aos pobres e escravizados. Para a elite, se reservara o bacharelado, o ensino nobre, portanto, a própria ideia de educação profissional já carrega uma marca de subalternização histórica. O que se defende através desse ponto é que a estrutura brasileira acentua uma separação evidente entre o que trabalho intelectual e o que é trabalho manual, numa constante que simboliza uma contradição de classes entre a elite e os trabalhadores, como se vê em Demo e Silva:

Entretanto, ao se considerarem as origens escravocratas e elitistas brasileiras, o conceito de Educação Profissional remete ao trabalho braçal, menos digno, portanto, dificultasse a aceitação de que se possa formar um trabalhador por meio de curso superior, em contraposição aos bacharéis. Em consonância com o pensamento de Adorno (1995, p. 185), “qualquer tentativa séria de conduzir a sociedade à emancipação [...] é submetida a resistências”, deste modo, ampliando-se as vagas no ensino superior e possibilitando que qualquer camada da sociedade e tenha acesso, haverá forças contrárias a desqualificar a tentativa (Demo e Silva, 2020, p. 137).

Demo e Silva concluem que é preciso superar a mera formação técnica de trabalhadores para que a EPT seja aliada ao processo de emancipação do cidadão. No entanto, para que isso ocorra é preciso combater a permanência da lógica colonial de divisão social do trabalho intrínseca à formação social brasileira, evidenciando quem mais se mostra resistente a qualquer ameaça de uma elevação

da criticidade do sujeito. A disputa não é apenas pedagógica, é, sobretudo política e social.

No debate acerca da emancipação do indivíduo, as reflexões de Theodor Adorno oferecem elementos importantes para pensar as possibilidades em uma sociedade marcada por profundas desigualdades e formas históricas de dominação. Entretanto, é preciso mencionar, antes de tudo, que o termo “emancipação” não se refere apenas a uma ação que leva o indivíduo do senso comum ao senso crítico. É, sobretudo, um processo político, cultural, social que deve levar a uma consciência crítica comprometida com sua própria transformação, autonomia crítica e capacidade de não se submeter cegamente à ordem social (Ribeiro, 2018).

Por isso, refletir sobre emancipação no campo educacional também significa analisar criticamente o papel da educação na formação da consciência social. Adorno, partindo de seu contexto e suas experiências durante os horrores do Holocausto, nos alerta que, antes de mais nada, é preciso pensar o passado para se construir o futuro. Ou seja, questionar o conhecimento e a forma como ele foi elaborado, e para quem foi elaborado, para não se repetir a “barbárie” (que aqui pode ser compreendida como a reprodução de formas de conhecimento que contribuem para adaptar e domesticar indivíduos às estruturas sociais”). Conforme Oliveira, Fortunato e Abreu:

Assim, a emancipação se define em um contexto complexo e contraditório. Há um componente “trágico” da cultura que impede a possibilidade de pensar a educação se resolvendo em um momento de repouso, de síntese, que finalmente faria vir à tona o ente humano integral e pleno. Isso não ocorre porque a liberdade do sujeito se move no espaço da contingência. No esforço de resistência contra a regressão à “barbárie”, podem se imiscuir ações educativas constitutivas das subjetividades que desfiguram o objetivo legítimo da educação emancipatória (2022, p.5).

É necessário reforçar que, para Adorno, a educação deve ser pensada para formação dos sujeitos críticos, reflexivos e conscientes de suas realidades sociais, e isso, necessariamente, exige considerar o acesso à educação. Nesse sentido, Adorno diz que:

Para nos expressarmos em termos corriqueiros, isto não significa emancipação mediante a escola para todos, mas emancipação pela demolição da estruturação vigente em três níveis e por intermédio de uma oferta formativa bastante diferenciada e múltipla em todos os níveis, da pré-escola até o aperfeiçoamento permanente, possibilitando, deste modo, o desenvolvimento da emancipação em cada indivíduo (ADORNO, 1995, p. 170).

Dessa forma, a reflexão de Adorno indica que a educação emancipatória não se limita ao acesso escolar ou à transmissão de conhecimentos, mas implica a formação de sujeitos capazes de questionar criticamente as estruturas sociais que produzem desigualdades e dominação. Por isso, a formação crítica deve ser pensada em relação às condições concretas de existência, especialmente às relações de trabalho na sociedade capitalista. Nessa articulação entre formação, consciência e prática social, as contribuições de Paulo Freire tornam-se centrais ao enfatizar a relação entre educação, trabalho e transformação da realidade como dimensões do processo de humanização e emancipação.

Freire é essencial para discutir de forma mais aprofundada a relação entre a formação e o trabalho, visto que estamos falando de indivíduos cujo papel social está definido a partir da ótica capitalista de superexploração de sua força de trabalho e que, por outro lado, também são indivíduos distanciados de uma pedagogia que liberta, a mesma que questiona concretamente a realidade das relações do homem com outros homens, visando mudanças através da criticidade adquirida por uma educação reformulada e pensada com essa finalidade (Libâneo, 1985, p. 21).

Segundo Freire:

nenhuma pedagogia que seja verdadeiramente libertadora pode permanecer distante do oprimido, tratando-os como infelizes e apresentando-os aos seus modelos de emulação entre os opressores. Os oprimidos devem ser o seu próprio exemplo na luta pela sua redenção (Freire, 1970, p. 54).

Sendo assim, pensando nos trabalhadores da jornada 6x1, não basta ampliar o acesso formação à EPT, pois isso por si só não garante permanência. Esse trabalhador, ainda que se inclua no processo de ensino, vive com seu tempo limitado. O cansaço físico e mental, o deslocamento para o trabalho e para casa e a necessidade de sobreviver limitam o aproveitamento escolar. Diante disso, temos uma classe trabalhadora submetida a uma jornada extensa de trabalho que captura seu tempo e força de trabalho na mesma intensidade que põe em xeque a sua sobrevivência em detrimento à busca pela consciência crítica. A jornada 6x1 é expressa, nesse sentido, como uma atualização da divisão do trabalho que separa os que podem se formar com profundidade e os que apenas se formam para continuar empregados ou buscar emprego.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, aquilo que se apresenta como tensão constante, que é a percepção de trabalho e sua relação com a EPT enquanto mediadora de uma formação para o trabalho e um caminho possível para a educação emancipadora, esbarra diretamente com a forma e a divisão social do trabalho que buscamos recortar aqui, que é a jornada de trabalho 6x1. O trabalho como essência humana e como superexploração histórica impõe limites ao que queremos que a EPT seja de fato: emancipadora, apesar da flagrante disputa dialética com as raízes elitistas que moldaram a formação social brasileira e a concepção de trabalho na história.

Não estamos diante de um exercício de síntese que coloca em suas respectivas caixas a captura do tempo do trabalhador, a superexploração, as possibilidades de uma EPT emancipatória (quando posta em um cenário para além do pedagógico). Estamos, na verdade, tentando contribuir para o debate e buscando caminhos possíveis para ampliar a discussão sobre rupturas estruturais que condicionam a possibilidade de uma educação emancipatória, e não que apenas forma mão de obra qualificada e que reproduz a ordem burguesa da nossa sociedade. A escala 6x1 não é apenas um detalhe jurídico, é parte de uma lógica de exploração maior e a EPT não pode continuar indicando dois caminhos contrários: o de reprodução da lógica da formação para o mercado sem ser, também, um espaço de disputas políticas e sociais consolidado e comprometido.

A permanência na EPT exige condições objetivas de tempo, exige a promoção de consciência crítica e é por isso que o debate não pode ser feito sem repensar o político e social, ou seja, não é papel da instituição de ensino ou do educador, sozinhos, mas de toda a sociedade e do poder público. Temos um problema estrutural, por isso falamos que a disputa não se restringe ao pedagógico.

O debate é amplo e exige investigações futuras, mas, com o que foi posto, intencionamos contribuir com a compreensão das condições objetivas para se pensar de forma crítica a relação sólida entre o Trabalho, a Exploração e a Educação Profissional e Tecnológica dentro de um contexto dialético que evidenciam disputas sócio-políticas, pedagógicas, econômicas vistas sob estrutura viciada a reproduzir a luta de classes flagrante que determina nossos caminhos enquanto Estado oriundo de uma elite que se mantém sob a lógica do capitalismo dependente.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Tradução Wolfgang Leo Maar. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Consolidação das Leis do Trabalho. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 9 ago. 1943.
- DEMO, Pedro; SILVA, Renan Antônio. **A educação profissional e o processo emancipatório do cidadão brasileiro**. Revista Panorâmica online, [S. l.], v. 31, n. 1, 2020. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/revistapanoramica/index.php/revistapanoramica/article/view/1189>. Acesso em: 28 fev. 2026.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido, 1970.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública: à pedagogia crítico-social dos conteúdos**. São Paulo: Loyola, 1985.
- MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. Trad. Fernando Correa Prado e Marina Machado Gouvêa. Florianópolis: Insular. Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA), 2012.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.
- OLIVEIRA, Damião Bezerra; FORTUNATO, Izan Rodrigues de Souza; ABREU, Waldir Ferreira de. **Aproximações entre Paulo Freire e Theodor Adorno em torno da educação emancipatória**. Educação e Pesquisa, v. 48, p. e239149, 2022.
- RIBEIRO, Andreia da Silva. **Conscientização e Emancipação em Paulo Freire**. Revista Sinergia, [S. l.], v. 19, n. 1, 2018. Disponível em: <https://ojs.ifsp.edu.br/sinergia/article/view/304>. Acesso em: 12 mar. 2026.
- SAVIANI, Dermeval. **Educação, pedagogia histórico-crítica e BNCC**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2025.
- SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2005. P. 400-404.